

BOLETIM 410

Brasília, 11 de agosto de 2017

Mazinho condena fundo bilionário para os partidos: “é um escárnio contra a sociedade”

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, que também é vice-presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), criticou a aprovação, pela Comissão Especial que trata da reforma política na Câmara dos Deputados, da instituição de fundo público, no valor de R\$ 3,6 bilhões, para sustentar os partidos políticos e seus gastos eleitorais.

“Trata-se de um escárnio contra a sociedade brasileira. O dinheiro vem diretamente do bolso do contribuinte, dos altos impostos que pagamos e que, boa parte dos parlamentares, principalmente os que estão envolvidos em corrupção, pretendem utilizar para perpetuar os seus mandatos”, afirmou o dirigente sindical.

Segundo Mazinho, “esses parlamentares sabem que dificilmente serão reeleitos por terem se associado ao atual governo para promover um verdadeiro massacre contra os trabalhadores, como fizeram na chamada reforma trabalhista e na lei das terceirizações. Por isso, agora, fazem de tudo para se salvar”.

O presidente da CONTRICOM argumentou que “enquanto o governo está aumentando impostos e cortando gastos sociais e investimentos públicos, esses parlamentares resolvem impor mais um sacrifício ao povo brasileiro. É um escárnio contra a sociedade,



contra a saúde, a educação, a moradia, a segurança, cujas políticas estão morrendo à míngua por falta de verbas”, sentenciou.

Mazinho lembrou que “enquanto, recentemente, aprovaram o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, entre outras maldades, querem, agora, sacramentar um fundo público que será sustentado pelo Tesouro, ou seja, pelo bolso do povo brasileiro. A diferença – continuou o sindicalista – é que a contribuição sindical é mantida pelos trabalhadores e não pelos cofres públicos, diferentemente do fundo que pretendem aprovar para sustentar políticos e partidos corruptos, em grande parte”.

Segundo o dirigente sindical, há uma outra diferença importante: “enquanto a contribuição sindical é destinada às organizações dos trabalhadores e à defesa de seus interesses, esse fundo partidário e eleitoral será utilizado por políticos e partidos para suprimir direitos e conquistas dos trabalhadores, como fizeram recentemente com o desmonte da CLT”.

E finalizou: “não podemos nos calar. Os trabalhadores e o movimento sindical têm que se unir e denunciar essa desfaçatez contra o povo brasileiro. Não podemos permitir a aprovação dessa matéria e tudo que estiver ao nosso alcance faremos para evitar a aprovação desse projeto no Congresso Nacional”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Reunião na FETICOM-RJ discute sustentação das entidades sindicais

Lideranças sindicais de diversos estados brasileiros se reuniram, ontem (11), na sede da FETICOM-RJ, com o deputado Bebeto (PSB-BA) **(foto)** para debater, entre outros assuntos, a sustentação das organizações dos trabalhadores depois que o Congresso Nacional aprovou e o governo sancionou a lei da reforma trabalhista que acaba com a obrigatoriedade da contribuição sindical.

O presidente da FETICOM-RJ, Luis Rodrigues, que é do Conselho de Representantes da CONTRICOM, fez a abertura do encontro, do qual participaram representantes da ICM – Internacional da Construção e Madeira, e lideranças do setor da construção, como o presidente da FETRACONSPAR (Paraná), Reinaldim Barboza.

O evento serviu para debater possíveis soluções para a sustentação das entidades sindicais e políticas na defesa do emprego dos trabalhadores.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Comissão da reforma política marca votação de destaques para terça

O texto da reforma política aprovado na Comissão da Câmara, por enquanto, além de instituir o fundo público eleitoral no valor de R\$ 3,6 bilhões, manteve o Distritão para as próximas eleições e o Distrital Misto para 2022. Ainda faltam votar dois destaques que podem mudar o texto antes de ir ao Plenário.

O sistema do Distritão foi aprovado para ser uma transição para o Distrital Misto. Mas parlamentares de diversos partidos, tanto do governo quanto da oposição, dizem que vão tentar derrubar o Distritão no Plenário.

Neste sistema, os deputados são eleitos entre os mais votados em cada estado como ocorre nos pleitos de Senadores, acabando com o sistema proporcional, que distribui os votos de quem não foi eleito entre os candidatos do mesmo partido ou coligação.

Os críticos do Distritão afirmam que ele privilegia os políticos mais conhecidos e dificulta a renovação, como argumentou o deputado Ivan Valente, do PSOL.

No Distrital Misto, que começaria a valer em 2022, o eleitor tem dois votos, um para a eleição majoritária, onde os mais votados de cada distrito vencem, e outro para uma lista fechada dos partidos.

A exceção é a eleição para vereadores, que se manteve com as regras de hoje.

O relator da reforma, deputado Vicente Cândido, do PT, criticou o resultado das votações.

Ainda faltam votar 2 destaques para alterar o projeto. A nova sessão foi marcada para próxima terça-feira. Lembrando que no Plenário, novas alterações podem ser feitas.

Fonte: Portal EBC

Olha aí, a conta já chegou para Temer...

Partidos governistas cobram para votar reforma da Previdência

Os deputados federais que apoiam o governo estão divididos quanto a estratégia para levar a reforma da Previdência ao plenário da Câmara.

Na semana passada, antes de votar a autorização de abertura de processo contra o presidente Michel Temer, a base governista chegou a anunciar que teria 280 votos. No final, foram 263.

Para o líder Arthur Lira, do Partido Progressista, o governo deveria adotar uma postura diferente para valorizar os deputados fiéis.

O vice-líder do Governo, Beto Mansur, do PRB, discorda desse método.

Para aprovar a reforma da Previdência, são necessários 308 votos. Por isso, as lideranças querem garantir pelo menos 320 deputados favoráveis, para ter uma margem de segurança.

Fonte: Portal EBC

Pesquisa: reforma trabalhista aumentará desemprego no país

Nova rodada da pesquisa do Vox Populi, encomendada pela CUT, aponta rejeição à "reforma" trabalhista do governo Temer, materializada pela Lei 13.467, sancionada em julho. Para 57% dos entrevistados, a mudança é boa apenas para os patrões, enquanto 15% acreditam que não beneficia ninguém. Apenas 12% afirmaram que a reforma é boa para ambos e só 3% disseram que ajuda os trabalhadores.



A rejeição aumenta para 63% na região Nordeste e vai a 57% no Sudeste. Fica na média no Centro-Oeste/Norte e cai para 48% na região Sul. É um pouco maior entre homens (58%) do que mulheres (56%), e entre adultos (59%) do que jovens (57%) e maduros (49%). Também sobe, para 59%, entre pessoas de nível superior e com renda equivalente a até dois salários mínimos.

Sobre possíveis efeitos, 72% afirmam que o desemprego, atualmente em nível recorde, deverá aumentar. E 14% avaliam que continuará como está.

Os pesquisadores perguntaram sobre dois itens da nova lei. Para 60%, negociar sozinho, sem a presença do sindicato, é ruim ou péssimo e para 13%, ótimo ou bom. Outros 17% consideram regular e 11% não quiseram ou não souberam responder.

A maioria também foi contrária ao dispositivo que permite à mulher gestante ou lactante trabalhar em locais insalubres, mediante um atestado médico. Pouco mais da metade dos entrevistados (51%) disseram que isso é bom só para os patrões e 18%, para ninguém. Nas demais respostas, 11% acreditam que é bom para ambos e 6%, para os empregados, enquanto 14% não responderam ou não souberam responder.

Fonte: DIAP

Se lei do menor aprendiz fosse cumprida, 500 mil seriam contratados

Pelo menos 500 mil jovens aprendizes poderiam ser contratados por empresas se a chamada Lei de Aprendizagem (10.097/00) fosse cumprida.

O alerta foi dado pela presidente da Comissão de Legislação Participativa, deputada Flávia Morais (PDT-GO), em seminário promovido na Câmara pelo colegiado, nesta quarta-feira (9), sobre os 16 anos da lei que obriga empresas de médio e grande porte a contratar de 5% a 15% de jovens aprendizes.

Flávia Morais baseia-se em dados de levantamento feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego em outubro de 2016. Segundo o estudo, existem no Brasil cerca de 393 mil jovens aprendizes contratados em empresas, quando deveria haver 957 mil contratados, se a Lei de Aprendizagem fosse de fato cumprida. Pela legislação, o jovem aprendiz deve ter entre 14 e 18 anos e cursar escola técnica.

A parlamentar destacou que é preciso conscientizar os empresários sobre a importância de dar oportunidades aos jovens. Para a deputada, a exigência pode ser benéfica também para as empresas, que pode preparar o jovem para ser seu funcionário. “A empresa já pega um funcionário qualificado dentro das especificidades das empresas”, disse.

Ampliação da lei - A procuradora federal do Ministério Público do Trabalho do Paraná Mariane Josviak ressaltou a importância da lei, já que, antes de 2000, jovens participavam do mundo do trabalho sem vínculos empregatício e previdenciário.

A Câmara já analisa o Projeto de Lei 2942/11, da deputada Flávia Morais, que prevê a oferta de estágio remunerado a adolescentes de baixa renda pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



Fiscalização - Segundo a procuradora, a cota de jovens aprendizes nas empresas é fiscalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mas denúncias – inclusive sigilosas – de descumprimento da lei também podem ser encaminhadas para o Ministério Público do Trabalho, que pode ajuizar ação civil pública contra a empresa ou firmar com ela um termo de ajustamento de conduta.

A representante do Instituto Solidário Estudantil Empreendedor Individual, Maфра Meris, disse que o Ministério do Trabalho só fiscaliza cerca de 5% das empresas. Ela também defendeu o trabalho junto aos os departamentos de recursos humanos para possibilitar a contratação dos jovens. Já Selton Lucas, do Parlamento Jovem de Recife, afirmou que não adianta existir a lei se não houver a fiscalização das medidas.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)